

OS TERRITÓRIOS GUARANI E KAIOWÁ COMO DISPOSITIVOS DE RESISTÊNCIA FRENTE AO GOVERNO NECROPOLÍTICO

Roberto Chaparro Lopes ^{1*}, Marcos Leandro Mondardo ¹

1. UFGD;

* Autor para contato: robertochaparro10@hotmail.com

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentou a pandemia da COVID-19 sob a égide da Emenda Constitucional 95, em vigor desde 2017 e que “congelou” os investimentos públicos em Saúde por 20 anos. A Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI), Subsistema de Saúde ligado ao SUS e responsável pelo atendimento aos povos indígenas do país, apresenta uma série de problemas estruturais (prédios puídos, déficit de veículos em sua frota e falta de médicos). Esse foi o contexto da Saúde Indígena (SI) quando o vírus chegou ao Brasil ameaçando os povos e territórios indígenas, considerados grupo de risco. Desse modo, o objetivo desse trabalho foi detectar e analisar as principais ações de enfrentamento a pandemia entre os povos em Mato Grosso do Sul e quem estava à frente dessas ações. Buscamos também identificar as principais dificuldades encontradas por essa população durante o período analisado, e, onde essas situações se faziam presentes. Para isso, realizamos um levantamento junto a 31 jornais *online* de Mato Grosso do Sul, através da busca pelas palavras-chave Coronavírus Indígena, COVID-19 Indígena, Coronavírus Guarani e Kaiowá e Coronavírus Aldeia, nos campos de busca de cada jornal, objetivando coletar notícias que relatassem situações que se enquadravam nas categorias do estudo. O levantamento abrangeu notícias referentes ao período de 1 de fevereiro e 30 de setembro de 2020, os 8 primeiros meses de pandemia no Brasil, obtendo ao final 159 notícias oriundas de 17 jornais. Tais dados foram categorizados e organizados a partir da técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados apontaram 152 ações de combate à pandemia, destacando-se as ações na SI (32,9%), entrega de doações (19,1%) e ações autônomas dos indígenas (15,8%), com autorias do Estado (40,4%) e dos indígenas (22,4%), principalmente. Foram expostas 68 situações de problemas, presentes na SI (20,6%), na dificuldade do acesso a água (17,6%) e em dificuldades no acesso a EPIs (16,2%),

presentes, sobretudo, em Dourados (57,1%) e Aquidauana (21,4%). Embora as ações feitas pelo Estado quantitativamente se sobressaem, elas se deram de forma descoordenada, sendo pontuais e muitas vezes “emergenciais”, dada a ineficiência do Plano Nacional de Enfrentamento a COVID-19 entre os povos indígenas, aprovado com morosidade, e que quando aprovado não delimitou um plano de trabalho com objetivos e cronograma. Essa falta de objetividade expõe o caráter necropolítico da atuação estatal para com este grupo. Por outro lado, as ações promovidas de forma autônoma pelos indígenas mostraram-se coordenadas e capilarizadas, expondo uma potente articulação e mobilização. Entre elas, destaca-se o levantamento de barreiras sanitárias nas suas terras, que atestam a autoproteção e o cuidado do corpo-território, onde habitam e r-existem. Por fim, os problemas enfrentados, como a baixa e precária estrutura na SI e a dificuldade no acesso à água na pandemia – onde lavar as mãos se tornou medida básica de higiene – expõem a extrema vulnerabilidade ao quais estes povos estão expostos pelo “racismo estrutural” e institucional do Estado e do governo necropolítico.

Palavras-chave: Pandemia, Saúde Indígena, corpo-território, r-existência, Mato Grosso do Sul.

Agradecimentos: Agradecemos à PROPP/UFGD pela concessão de Bolsa de Iniciação Científica ao primeiro autor.